

01 MAR 2003



A senadora Heloísa Helena (PT) foi uma das requerintes da CPI que investigaria a responsabilidade de ACM nas escutas ilegais da Bahia

GRAMPO NA BAHIA

Conselho de Ética nega pedido de CPI

A SOLICITAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DO SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NO CASO DAS ESCUTAS NÃO FOI RECONHECIDA, POR QUESTÕES REGIMENTAIS

O pedido de investigação sobre o envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso do grampo na Bahia provocou uma divergência entre o PT e o Conselho de Ética sobre a interpretação do regimento interno do Senado. Para o presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), o pedido protocolado "não tem efeito", pois o "conselho precisa ser provocado pela Mesa Diretora ou por partido político para agir".

Juvêncio se baseia no artigo 12 do capítulo 6º do Regimento Interno, que trata de processos disciplinares. O artigo diz: "A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo".

O pedido de investigação do PT foi assinado pela senadora Heloísa Helena (AL), pelo líder no Senado, Tião Viana (AC) e pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (SP). Para Fonseca, "três senadores não representam um partido político". Viana diz que Fonseca está sofrendo de "perda de

memória" e que qualquer pessoa pode "provocar o Conselho de Ética".

A justificativa de Viana se baseia no artigo 17 do capítulo 6º do Regimento Interno. O artigo diz: "Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código". O presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), disse ontem não reconhecer o pedido de investigação feito pelo PT sobre o envolvimento do senador Antonio Carlos Maga-

lhães (PLF-BA) no caso do grampo ilegal na Bahia.

Na avaliação de Fonseca, o PT "não tem coragem de assumir publicamente que deseja a abertura de um inquérito

para cassação de ACM". "O documento entregue por alguns integrantes do PT não têm valor para o Conselho de Ética. É preciso que o PT entregue uma representação pedindo a abertura de inquérito para cassação de um senador. Mas o PT não quer falar a palavra cassação."

Tiã o Viana disse que prefere acreditar que Fonseca "não tenha tido a ousadia de falar isso". "Prefiro acreditar que é intriga da imprensa. É mais correto e ético."

Segundo o presidente do Conselho de Ética do Senado, as provas "incontestáveis" que os petistas disseram ter tido acesso podem ser encaminhadas para a Polícia Federal.